

Patrício Manuel: uma masculinidade queer no boxe para “homens”

Patrício Manuel: a queer masculinity in a "men-shaped" box

Vagner Matias do Prado*

Resumo

Objetivo problematizar algumas relações entre transexualidades e esporte. Parto de uma reportagem sobre o pugilista Patrício Manuel e exercito a analítica da normalização *queer*, para questionar a produção dos corpos, no contexto esportivo de rendimento. Entendo o esporte como tecnologia de produção de si e tomo o corpo como categoria discursivo-performativa, a qual potencializa produzir inéditos modos de subjetivação que TRANSfiguram o esporte hodierno. Patrício Manuel amplia a compreensão sobre o que pode um corpo e como, mesmo suscetível a capturas identitárias, ao se valer das tecnologias de produção de si possibilitadas pelo esporte, produz uma nova estética de existência.

Palavras-Chave: Transexualidades, masculinidades, esporte, gênero, teoria *queer*

Abstract

My intention is to discuss some of the relations between transsexualities and sport. I start up from a report on the boxer Patrício Manuel and I therefore conduct the analysis of the *queer* normalization, in order to question the production of the bodies, in the context of sports performance. I understand sport as a technology of self-production and assume the body as a discursive-performative category, which has the potential to produce unprecedented modes of subjectivation that TRANSfigure today's sport. Patrício Manuel expand a comprehension of what a body is capable of and how, regardless being susceptible to identity capture and by using the technologies of self-production made possible by sport, this body can produce a new aesthetic of existence.

Keywords: Transsexualities; masculinities; sport; gender; *queer* theory

Fecha de recepción: Febrero 2021

Fecha de aprobación: Diciembre 2021

* Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Coordenador do GPESP – Grupo de Pesquisa Educação, Sexualidades e Performatividade.

Introdução

Debates sobre gênero têm adentrado o campo da Educação Física e Esportes no Brasil (Pereira, Pontes, Ribeiro y Sampaio, 2015; Devidé, Osborne, Silva, Ferreira, Clair y Neri, 2011; Devidé, 2020). Tais estudos assumem o termo como potente categoria analítica, representacional, política e performativa para a problematização sobre o “corpo”. Além de possibilitar inquirir processos socioculturais produtores de masculinidades e feminilidades, permitem compreender os corpos como produtos discursivos regulados por regimes normativos, os quais, por meio de seus efeitos de verdade, tendem a prescrever “limites” materiais sobre o que pode uma vida.

Todavia, como já alertado por Judith Butler (2018), as normas regulatórias do gênero deixam brechas durante seu processo de materialização na carne. A partir da (LOCA)lização dessas fissuras, é possível operar com diferentes tecnologias que potencializam o “estilizar corpos” na contramão do pensamento binário, produzindo subjetividades inéditas. Esses corpos *queer* (*queerpos*) provocam e desvelam arbitrariedades estético-normativas que sedentizam pensamentos sobre o que pode ser considerado “humano”, nos espaços sociais (Porchat, 2012). Dentre esses espaços, foco, neste trabalho, o cenário esportivo de rendimento.

Neste texto, ao partir de uma reportagem publicada pelo *site* Globo Esporte sobre a performance do pugilista estadunidense Patrício Manuel, em dezembro de 2018, objetivo problematizar as transexualidades no esporte, a fim de questionar a produção dos corpos, no contexto esportivo de rendimento. Questiono também o esporte como tecnologia de produção de si que possibilita a emergência de novas estéticas de existência.

Ao operar com possibilidades questionadoras disparadas pelos estudos de gênero de inclinação pós-estruturalista e teoria *queer*, intenciono problematizar narrativas contidas na reportagem para interrogar possíveis tentativas de captura normativa, ao mesmo tempo em que atento olhares para potências instauradas pela presença e visibilidade de corpos transexuais no Esporte de rendimento.

Tomo o gênero como operador analítico-relacional-representacional-político que permite pensar a produção de masculinidades e afastá-lo de parte da produção do campo dos estudos de gênero que insinuam o termo “mulher” como seu sinônimo (Devidé y Brito, 2021). Dessa maneira, na direção de Guacira Louro, penso que o “grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários” (Louro, 2001: 542).

O exercício de escrita aqui estabelecido não pretende responder a nenhuma questão. Antes, almeja tentar desestabilizar a lógica de pensamento binária, hierárquica e normalizadora que captura corpos, no “campo” da instituição Esporte, em função da dicotomia homem-mulher. Talvez, exercitar uma possibilidade “outra”, para questionarmos que, mesmo uma instituição historicamente normativa, normalizadora, machista, misógina e excludente, como o Esporte Moderno (Goellner, 2016), na contemporaneidade, é TRANSfigurado por corpos que ousam invadir a pretensa estabilidade biofisiológica a qual tende a determinar nossa representação sobre a

performance humana (Prado y Nogueira, 2018).

A proposta se justifica, pois, mesmo ao observar certo desenvolvimento de estudos sobre transexualidade na área da Educação Física e Esportes no Brasil (Serrano, Caminha y Gomes, 2017, 2019; Iwamoto, 2019; Prado y Nogueira, 2018), o cenário “[...] é desigual se observarmos estudos sobre a transexualidade masculina de maneira particular, considerando que pouco se discute sobre ela, expressando um protagonismo da transexualidade feminina nos saberes produzidos.” (Ávila y Grossi, 2010; Lima, 2014 *apud* Serrano, Caminha y Gomes, 2019: 2). Ainda, como destacado por Wagner Camargo (2018: 4) a aproximação dos estudos de gênero e sexualidade do cenário esportivo pode ser considerado como “algo não apenas inusitado, mas que provoca inquietações”.

Após esta introdução, promovo uma breve revisão sobre os estudos de gênero na Educação Física, no Brasil, destacando suas intenções investigativas, as quais, atualmente, tangenciam as transexualidades, no contexto esportivo. Sigo com a apresentação da reportagem sobre Patrício Manuel, exercitando a analítica *queer* para provocar um (re)pensar sobre os corpos e suas materialidades atléticas. Exponho, então, algumas considerações e as vozes que me auxiliaram durante este exercício de escrita.

Estudos de gênero na Educação Física e Esportes no Brasil: do questionamento de binarismos ao pensamento queer

Desde a década de 1990, com maior ênfase, a Educação Física, como área de produção de conhecimentos e intervenção social, abriu possibilidades para que o conceito de gênero adentrasse (não sem resistências!) as suas problematizações. Segundo Deive (2020, p. 94), “havia poucos Grupos de Pesquisa (GP) consolidados na área com linhas de pesquisa em Estudos de Gênero”. Elaine Romero, em livro organizado em 1995, pode ser considerada uma das primeiras pesquisadoras que assumiram esse desafio. Silvana Goellner, Ludmila Mourão, Helena Altmann, Fabiano Deive e Jorge Knijnik também são nomes importantes e que marcam diferentes posições nessa discussão.

Atualmente observa-se uma retomada do conceito pela área e a ampliação de seu alcance analítico (Deive, 2020). Pesquisas no campo da Educação Física Escolar sobre as relações entre meninos e meninas a respeito de suas diferentes práticas e experiências corporais (Altmann, Ayoub, Garcia, Rico y Polydoro, 2018), estudos sobre o Esporte como espaço androcêntrico e histórias sobre a presença de mulheres nas práticas esportivas (Goellner, 2016), além de investigações sobre as relações entre políticas públicas, lazer e esporte (Goellner, Votre, Mourão y Figueira, 2010) são observadas.

Preocupações sobre estudos interseccionais, os quais aproximam o gênero de perspectivas decoloniais, também aparecem na Educação Física brasileira. Interseccionam gênero e categoria geracional (Dornelles y Dal'igna, 2015) gênero e “raça”/etnia (Aquad y Corsino, 2018); e nos inspiram a relacionar gênero e deficiência (Brito, 2019) de sorte a problematizarem processos de exclusão que sinalizam o

operador gênero como potente para discussões sobre cor, categoria geracional, regionalidade, nacionalidade, religião, sexualidade, capacitismo, classe social, nível de escolarização etc. Ainda,

A produtividade da abordagem interseccional como escopo teórico metodológico para pesquisas com base nas teorias contemporâneas de gênero se mostra potente para mobilizar reflexões que permitem visualizar de maneira mais clara as desigualdades e opressões em diferentes instâncias sociais, entre elas o campo do esporte. (Brito, 2019: 12).

Todavia, embora com uma aparente crescente e diversificação de objetos de investigação, como destacado por Fabiano Devede *et al.* (2011), Devede (2020), Devede e Leandro Brito (2021) e Érik Pereira *et al.* (2015), alguns estudos sobre gênero e Educação Física no Brasil parecem priorizar investigações sobre mulheres, tanto no contexto esportivo quanto no escolar ou de formação de professoras/es. Contudo, ao partirem da compreensão do gênero como conceito relacional, pesquisas recentes têm se debruçado em desvelar os processos de construção de masculinidades acionadas pelas relações entre corpo, práticas corporais e performatividade (Brito y Leite, 2017; Pereira et al., 2015; Wenez y Macedo, 2019) e homossexualidades (Prado, 2017).

É importante ressaltar que a compreensão de gênero que transpassa os estudos na Educação Física não é uníssona. Abordagens teórico-metodológicas distintas são articuladas em investigações sobre diferentes práticas corporais, em distintos espaços sociais, para a problematização dos resultados sociopolíticos das relações de gênero na vida dos sujeitos por elas fabricados. Em decorrência da compreensão de gênero adotada, as pesquisas transitam entre estudos sobre mulheres, homens, feminilidades, masculinidades, lesbianidades, homossexualidades e problematização sobre os corpos como produtos performativos, resultantes de efeitos de verdade acionados por práticas discursivas. Tais práticas produzem a representação de abjeção aos corpos que subvertem a regra heteronormalizadora posta, ao mesmo tempo em que multiplicam estéticas corporais possíveis, no contexto esportivo. É a partir dessa compreensão que me posiciono, neste trabalho.

Como exemplo desse último espectro investigativo, a adoção de estudos de abordagem pós-estruturalistas e *queer* têm provocado minhas tentativas de compreensão sobre corpos/subjetividades e práticas corporais. Tais proposições tomam o gênero como uma categoria analítica, representacional e política, a qual instaura regimes normativos referentes aos processos de estilização dos corpos (Butler, 2018; Salih, 2012). Ao pressionar a produção acadêmica da Educação Física percebo que a área parece iniciar uma preocupação sobre seus interesses nos estudos sobre corpos que TRANSgridem a lógica binária do sistema sexo-gênero e adentram o Esporte de rendimento, abrindo espaços para discussões sobre transexualidades (Iwamoto, 2019; Garcia y Pereira, 2018; Prado y Nogueira, 2018).

Em estudo de revisão sobre artigos que relacionam transexualidade e Educação Física, Jéssica Serrano, Iraquitan Caminha e Isabelle Gomes (2017) destacam que são predominantes duas abordagens sobre o tema. A primeira concebe a transexualidade pela ótica das Ciências da Saúde, focando em aspectos que

remeteriam tal expressão de existência ao âmbito da patologia. A segunda abordagem se assentaria nas Ciências Sociais, tomando as experiências transexuais como uma questão de identidade e gênero. De uma forma potente, os estudos de gênero na área enfatizam:

O exercício físico é uma ferramenta social que pode oferecer diversos benefícios aos seus praticantes, seja de ordem física ou psicossocial, e lida diretamente com o corpo, ajudando em sua modificação. As pessoas transexuais consideram o corpo a principal peça de reconhecimento social de sua identidade de gênero, e é por meio dele que elas obtêm a sua afirmação pessoal. Assim, falar em exercício físico corroborando a produção de corpos masculinizados ou feminizados não é algo tão distante. (Serrano, Caminha y Gomes, 2017: 1128).

Opino que tal perspectiva teórico-metodológica possibilitou uma reviravolta nos estudos sobre gêneros e Educação Física, reorientando o “olhar investigativo” da noção de “papéis sociais” ou sobre “mulheres” para a de “performatividade”, ou seja, abriu brechas para problematizar os corpos a partir da analítica *queer*. De acordo com Butler (2018), a política do performativo estabelece, de maneira ritualística e reiterada, constantes materializações de noções fictícias sobre masculinidades e/ou feminilidades, incluindo a ideia de “sexo”. É a partir das práticas culturais que os corpos e a noção de diferença sexual são produzidos pelos discursos legitimados em determinado contexto, instituindo na pele as representações e identidades de gênero e sexuais.

Butler afirma que as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Contudo, ela acentua que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta”, daí que essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer seus efeitos. As normas regulatórias do sexo têm, portanto, um caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas repetem e reiteram, constantemente, as normas dos gêneros na ótica heterossexual. (Louro, 2001: 548, aspas da autora).

A teoria *queer* data da década de 1990, tendo o texto *Queer Theory. Lesbian and Gay Sexualities: An introduction*, publicado na revista *Differences* e assinado por Teresa De Lauretis, como marco de seu surgimento (Prado, 2019). As relações sociais estabelecidas no contexto estadunidense pelo aparecimento da Aids e a forma de enfrentamento da doença por coletivos sociais, os escritos de Michel Foucault sobre a História da Sexualidade, as críticas dos feminismos negro e lésbico sobre interseccionalidade e a potencialidade da ressignificação da injúria, como forma de contestação normativa, também podem ser consideradas condições históricas de possibilidade para seu “surgimento” (Prado, 2019).

Segundo Louro (2001) o termo *queer*, em um sentido literal, nos remete ao significado de estranho, esquisito, exótico, excêntrico. Contudo, na prática da vida de

travestis, transexuais, intersexuais, assexuais, “*queers*”, lésbicas, *gays* e demais expressões de gênero e/ou de sexualidade que rompem a ótica binária (LGBTQIA+), *queer*, no contexto estadunidense, também faz menção a um insulto. Logo, a partir de seu caráter negativo, a enunciação reiterativa do xingamento “[...] adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido.” (Butler, 1999 apud Louro, 2001: 546).

Em uma tática política, para os estudos *queer*, esse caráter negativo, da injúria, do xingamento, é reapropriado e (re)significado por alguns coletivos não heteronormalizados, a fim de contestarem as normas de gênero e sexuais postas. Tal ato constitui uma operação tática que mina a força constitutiva do insulto. Nessa perspectiva, “[...] *queer* significa colocar-se contra a normalização.” (Louro, 2001: 546). O “alvo” da crítica *queer* é a heteronormatividade, a heterossexualidade compulsória, a abjeção e a política assimilacionista dos movimentos identitários da década de 1980. “*Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.” (Louro, 2001: 546).

A Educação Física tem-se aproximado dos estudos *queer*, para provocar análises sobre a produção dos corpos em intersecção com os marcadores sociais de gênero e de sexualidade (Pereira y Silva, 2019; Garcia y Brito, 2019; Prado, 2017; Dornelles, 2013). Seus estudos permitem provocar problematizações sobre os modos em que as regulações sociais produzem representações sobre si e sobre os outros, com base em discursos acerca de nossos sexos, gêneros, desejos e práticas. Pesquisas sobre masculinidades, sexualidades não heterocentradas, corpos homossexuais na escola e desafios epistemológicos para operar com a teoria na área da Educação Física, aparecem no cenário acadêmico, no Brasil (Devide, 2020).

Ao partilhar contribuições de Michel Foucault sobre o dispositivo da sexualidade, parte da produção de conhecimentos na área da Educação Física passou a operar a partir de um exercício *queer*, com as categorias sexo, gênero e sexualidade, como dispositivos históricos produzidos por discursos sobre os corpos. Esses dispositivos instituem a heterossexualidade como “lei” de constituição dos sujeitos e regra de conduta social que deveria ser seguida por todas, todos e todes (Louro 2001; Miskolci, 2009).

Segundo Richard Miskolci (2009) questionamentos sobre como as análises sociais, inclusive sobre o posicionamento social dos corpos, atendem a uma ótica heteronormativa que parece ser assumida como “algo natural”, são necessários. Em relação às normalizações sociais, para o autor, questionar “[...] como as fronteiras [de marcação identitária] são constituídas, mantidas ou dissipadas [...] permitiria compreender e contestar os processos sociais que se utilizam das diferenças como marcadores de hierarquias e opressão.” (Miskolci, 2009: 178, inserção minha).

No que se refere à sexualidade, o pensamento *queer* não toma a heterossexualidade como uma “identidade” ou prática sexual. Antes, como um regime político/normativo regulado pela repetição de normas de inteligibilidade que materializam seus efeitos nos corpos, por meio da performatividade. Contudo, esse regime acaba por criar as condições para seu próprio questionamento, pois a

heterossexualidade normativa opera para sua própria desnaturalização.

Seria possível, por conseguinte, se tornar inteligível, através da não adequação às normas regulatórias do gênero atinentes ao regime heterossexual? Embora a performatividade seja uma repetição obrigatória de normas anteriores que nos constituem, são essas mesmas normas que possibilitam “[...] los recursos a partir de los cuales se forja la resistencia, la subversión y el desplazamiento.” (Butler, 2002: 65).

Paul Preciado (2011) destaca que o gênero não se constitui como um efeito fechado de um sistema de poder, nem algo que recairia sobre a “matéria passiva”. Ele é, antes, o conjunto de dispositivos sexopolíticos os quais serão o objeto de *reapropriação* pelas “minorias sexuais”, culminando para insurgência não de um corpo “estranho”, mas de “multidões *queer*”:

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros. A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... as minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se *queer*. (Preciado, 2011: 14).

Para Preciado, ao se apropriar das tecnologias de produção dos corpos e as manejar de forma a subverter a norma, as multidões ou coletivos *queer* iniciam a “desterritorialização” do corpo e, conseqüentemente, da noção de “normalidade”. Convertem as representações negativas e utilizam as tecnologias em prol da construção de corpos cada vez mais abjetos, mais desviantes, mais imprecisos, mais ilegíveis. Adotam a posição de “abjeto” para explorar, de forma contínua, as fissuras dos regimes de verdade. Nessa política, os corpos se transformam em agentes de novas materializações e não meros produtos performativos de regulações discursivas.

Isso posto, penso que é preciso desconstruir as redes normalizadoras que instituem e ossificam os corpos e as identidades com base no sistema sexo-gênero. Desconfiar das verdades discursivas, por ele produzida e reiterada, e analisar seus efeitos nos corpos. Tornar evidente a heteronormatividade para que se possa enfrentá-la. “A ‘reviravolta epistemológica’ provocada pela teoria *queer* transborda, pois, o terreno da sexualidade. Ela provoca e perturba as formas convencionais de pensar e de conhecer.” (Louro, 2001: 551).

Patrício Manuel e sua reinvenção do corpo “masculino”

A transexualidade é uma estética de existência caracterizada pelo não reconhecimento, por parte do sujeito, de seu gênero em relação ao sexo biológico. Apontada historicamente como uma “condição patológica” por certos discursos médico-biológicos (Prado y Nogueira, 2018; Serrano, Caminha y Gomes, 2017, 2019), ela se apresenta, para as Ciências Sociais e Humanas, como uma questão de identidade. A “[...] pessoa transexual está insatisfeita com algumas das suas condicionantes biológicas e busca alternativas para manter em equilíbrio o que deseja

ser e o que é.” (Serrano, Caminha y Gomes, 2017, p. 1120).

No que concerne ao cenário esportivo, a transexualidade gera, na atualidade, diversos debates. Muitas dessas discussões se referem a especulações sobre mulheres transexuais atletas obterem vantagem nas competições, devido a questões biofisiológicas e hormonais. Apesar de esse debate invisibilizar perdas de desempenho, por conta da adesão a cirurgias de redesignação sexual e hormonização, o essencialismo biológico parece ser utilizado como justificativa para tentativas de não reconhecimento e expulsão de corpos transexuais do contexto do esporte de rendimento (Prado y Nogueira, 2018; Iwamoto, 2019).

Não é de hoje que corpos transexuais problematizam a dicotomização do esporte moderno (Anjos y Goellner, 2017; Prado y Nogueira, 2018). Entretanto, muitas investigações parecem tomar a transexualidade “feminina” como foco para debates (Serrano, Caminha y Gomes, 2019). Tensionamentos sobre homens transexuais e prática esportiva são, de certa forma, invisibilizados no contexto das preocupações atuais sobre o tema, talvez, no contexto brasileiro, pelo caso de a atleta brasileira de voleibol Tiffany Abreu ter ganhado destaque na mídia esportiva nacional. Assim, o cenário esportivo se torna palco para performances atléticas de corpos que TRANSgridem regulações entre sexo e gênero, desestabilizando, não sem confronto, efeitos de verdade de discursos normalizadores sobre corpos.

Em 09 de dezembro de 2018, o *site* brasileiro Globo Esporte publicou a seguinte matéria: “Primeiro transgênero do boxe garante vitória na luta de estreia como homem no profissional.”¹ Trata-se de uma reportagem sobre a atuação do pugilista estadunidense Patrício Manuel, o qual havia consolidado uma vitória contra o atleta mexicano Hugo Aguilar, em 08 de dezembro de 2018, em Indio, na Califórnia.

A reportagem me chamou a atenção pois, na mídia esportiva brasileira, quando a transexualidade ganha visibilidade é a participação de mulheres transexuais no esporte que pauta os debates. Assim, a abertura de espaços para destacar o desempenho esportivo de um homem trans, despertou meu interesse. Destaco, neste ponto, que a intenção do presente ensaio não é estabelecer comparações sobre como corpos transexuais são retratados pela mídia esportiva, antes, provocar problematizações sobre a produção dos corpos por meio de tecnologias esportivas, com foco na produção de masculinidades que subvertem a lógica binária e normativa, em muito, preconizada pelo sistema sexo-gênero.

A reportagem apresenta “Pat” como um atleta de 33 anos que, embora já tivesse competido “como mulher”, se enxergava como um “[...] homem confiante, finalmente confortável em sua própria pele, seu próprio corpo.” E continua: “Depois de quatro anos de uma cirurgia que marcou definitivamente a transição de gênero de Patrícia a Patrício Manuel, o primeiro boxeador transgênero conquistou sua primeira vitória já na estreia como homem no boxe profissional.” (Globo Esporte, 2018: p. 1).

No cenário contemporâneo, muitas performatizações atléticas subvertem as razões tradicionais no que tange ao “ser” mulher ou homem, para a prática esportiva.

¹ Disponível em <https://globoesporte.globo.com/boxe/noticia/primeiro-transgenero-do-boxe-garante-vitoria-na-luta-de-estrela-como-homem-no-profissional.ghtml> Acesso em 19 abr. 2020.

O esporte é um campo que pode ser manipulado, no sentido de se construir novas inteligibilidades de sexo e de gênero. A potência crítica posta é que os corpos instauram novas agências, as quais embaralham formas de pensamento normalizadas. Seria o esporte uma prática social potente para (re)pensarmos a inclusão e os tradicionais modelos esportivos institucionalizados?

O Esporte, como instituição social, é um espaço TRANSpassado por questões que ultrapassam a mensuração de marcas, medida de distâncias e cronometragem de tempos. É um campo de disputas não apenas para o confronto de desempenho, despertando inquietações sobre corpos, gêneros e sexualidades (Camargo, 2018). Todavia, apresenta lacunas no que se refere a compreensão de corpos transexuais (seria a utilização do termo “transgênero” e não “transexual” na reportagem ora analisada um ponto a ser problematizado?).

Discussões provocadas pela presença de mulheres transexuais ganharam destaque na mídia esportiva e estimularam ânimos como, por exemplo, Renée Richards e Caitlyn Jenner (EUA) e Tiffany Abreu (BRASIL). Entretanto, quando focamos na visibilidade e reconhecimento de homens transexuais atletas, silêncios e omissões discursivas produzem efeitos que constroem certa ideia de inexistência desses corpos no cenário esportivo de rendimento. Tal fato, de certa forma, ossifica uma representação que insinua que as masculinidades seriam “propriedade” de homens cis. A categoria “lésbica” parece ser a que é acionada para garantir a inteligibilidade de homens transexuais.

Penso ser pertinente, neste ponto da escrita, explicitar a ideia de cisgêneridade. Viviane Vergueiro (2016: 252) a define como “corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero “normais”, “não transtornados”, “biológicos”. Seria pensar a partir da “identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas” (Vergueiro, 2016: 252, aspas da autora). O termo me soa potente para problematizar que, além de heteronormativa, as regulações de gênero que materializam nossa inteligibilidade de sexo são cisheteronormativas, posicionando corpos transexuais como abjetos por denunciarem que o corpo, nossa carne, pode ser reconstruído por uma expressão de gênero que foge do sistema normativo presumido pela ficção de uma “verdade” biológica sobre nossa existência.

Isso posto, a compreensão do que significa um corpo transexual ou transgênero no mundo dos esportes aponta para lacunas. Porém, das brechas e fissuras em relação aos seus “não ditos” emergem questões provocativas, desestabilizadoras e que enriquecem nossa compreensão sobre o gênero como ação e prática performativa (Butler, 2018).

Parto do princípio de que o esporte de rendimento pode se configurar como estratégia normalizadora dos corpos, a partir da adoção dos binarismos de gênero. Todavia, também provoca fissuras em seus discursos, favorecendo a emergência de resistências. Defendo que o esporte pode ser concebido como tecnologia de produção de si, o que permite compreendê-lo para além da comparação de marcas, distâncias,

pontos ou desempenho. É uma tecnologia que pode ser manipulada, para produzir inéditos modos de subjetivação que TRANSfiguram o esporte hodierno. O corpo de Patrício Manuel é um exemplo desse processo, pois parece assentar, na prática do boxe profissional, uma forma de produzir um corpo de “homem confiante, finalmente confortável em sua própria pele” (Globo Esporte, 2018: p. 1), destacando-se no âmbito do boxe profissional para homens.

Mas, seria possível alguém que já havia competido “como mulher”, ter destaque no esporte “masculino”? Tanto para os estudos de gênero de inclinação pós-estruturalista quanto para a teoria *queer*, as masculinidades e as feminilidades não são “naturais”, estáticas e performatizadas da mesma maneira pelos corpos marcados como “fêmeas” ou “machos” (Butler, 2018; Forth, 2013; Halberstam, 2008). As masculinidades podem ser compreendidas como processos relacionais, transpassados por inúmeras experiências que pluralizam modos de ser homem e masculino na contemporaneidade. Dessa maneira, as masculinidades não são “propriedade” de corpos marcados como “macho”, nem as feminilidades restritas às “fêmeas”. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo em um corpo designado discursivamente como fêmea, as masculinidades parecem ser produzidas a partir de “[...] coerções materiais, culturais e psicológicas que presidem [sua] formação.” (Haywood y Ghail apud Forth, 2013: 156).

Volto a enfatizar que as masculinidades, enquanto construções sociais, não são privilégio dos “machos”. Patrício Manuel é um corpo que nos apresenta evidências para essa afirmação. Além dele, outros corpos marcados como “fêmeas” performatizam múltiplas maneiras de vivenciar as masculinidades, desde mulheres que viviam se fazendo passar por homens, nos séculos XVIII e XIX, até as novas culturas contemporâneas de transgêneros, *drag kings*, transexuais masculinos e culturas *butch*² (Halberstam, 2008).

Contudo, a construção de masculinidades “adequadas” para o âmbito esportivo carrega valores positivos em referência ao modelo ideal do macho cis: ser heterossexual, viril, com a musculatura bem definida, detentor de um desempenho esportivo invejável e saber superar a dor, porque ela nada mais é do que um ritual de masculinização necessário e que afastaria os meninos dos fantasmas da feminilidade e homossexualidade (Welzer-Lang, 2001). Na reportagem em tela, a performatização “carnificada” de “Pat” parece querer demarcar tais características, as quais, no olhar “do outro”, poderiam contribuir para “atestar” a validade de seu corpo, de sorte a poder competir na categoria “masculina”³.

Assim, a produção de um corpo “masculino”, no cenário esportivo de rendimento sucede a construção de nossas representações sobre os homens. De que forma alguém que já havia competido “como mulher” - e, porque o esperado para seu

² Lésbicas de aspecto e atitudes muito “masculinas”. Entre os anos de 1950 a 1970, era uma expressão usada como identidade dentro do binômio *butch-femme*, parcerias entre mulheres baseadas na dicotomia de gênero.

³ Devido aos direitos autorais, excluí do artigo fotografias do atleta. Todavia, tais imagens podem ser consultadas em uma rápida pesquisa pelo nome de Patrício Manuel em sites de busca.

desempenho seria, biologicamente, “inferior” aos machos -, poderia ter conquistado uma vitória no boxe profissional para homens? Como uma “mulher” se visibilizava no contexto esportivo, em face do confronto corporal com um homem? O que seria um corpo de homem, para o pugilato de alto rendimento?

Quando fazemos menção às masculinidades, é oportuno pensar que, desde o início do século XX, as “virilidades esportivas” (Vigarello, 2013) se estabelecem em um cenário de quase ausência de mulheres e multiplicação de discursos que promoviam a representação de “perfeição masculina”, em vista de “corporificar” certas adjetivações, como vigor, músculo, moralidade, luta e virilidade nos corpos tidos como “machos”. O “[...] esporte aparece como o próprio símbolo da virilidade.” (Pierre de Coubertin apud Georges Vigarello, 2013: 270). Ora, uma mulher ou uma “ex-mulher”, nesse cenário, despertaria desconfianças. Mas, em face da produção do corpo de Pat, com o auxílio da tecnologia “esporte”, de fato, o que é ou o que pode ser considerado corpo “masculino”?

Segundo Butler (2018), a produção de modelos de identificação se materializa por meio de nossos corpos. O discurso se torna carne e possibilita que nos reconheçamos e sejamos reconhecidos como “possíveis” pelo olhar do “outro”. O corpo se torna uma categoria importante no processo de autorreconhecimento do sujeito, e se TRANSforma em tela para incansáveis produções de si que denunciam sua pretensa naturalidade e fixidez, ancoradas na biologia.

Mesmo ao ter seu sexo discursivamente atribuído pelo poder médico-biológico como “fêmea”, Patrício Manuel recusa essa designação e inicia seu processo de modificação, para que seu “eu” pudesse ser condizente com seu corpo. Ao fazer uso de tecnologias cirúrgicas, hormonais e esportivas, produz um corpo que dê coerência à sua representação de si. Assim, como nos ensinaram os clássicos estudos de gênero, ser “homem” ou “masculino” é uma posição social culturalmente produzida. Desse modo, ao manipular símbolos e significados culturais, é possível desvelar que as masculinidades podem ser produzidas em qualquer corpo, desde que seja essa a atitude política assumida pela/o sujeita/o. Reconhecer-se como homem ou mulher “[...] vai além do domínio administrativo e dos direitos civis, tocando também a questão do corpo masculino e feminino enquanto parte da construção da identidade do sujeito” (Serrano, Caminha y Gomes, 2019: 3).

As atividades corporais, dentre as quais as esportivas, tornam-se então palco para produções de masculinidades que superam os pretensos determinismos biológicos. O esporte, como tecnologia de produção de si, permite subverter os regimes normalizadores de sexo-gênero, a partir da compreensão dos corpos como plásticos, maleáveis e não definidos *a priori* pelo discurso do sexo biológico:

Nessa busca, os homens trans recorrem às atividades físicas, como lutas e musculação, na certeza de que essas técnicas podem remodelar seus corpos, proporcionando uma musculatura hipertrofiada que serve como moeda de troca no mercado simbólico do binarismo sexual masculino-feminino e que levará teoricamente à aceitação social. (Rego, 2014 apud Serrano, Caminha y Gomes, 2019: 9).

Patrício Manuel possibilita, assim, operar com a analítica da normalização *queer*, de sorte a afirmar que o corpo é um projeto de construção contínua de si. Seu corpo e seu desempenho embaralham “verdades” sobre o sistema sexo-gênero, provocando o pensar sobre novas potencialidades corpóreas e esportivas. Quanto à sua performance esportiva no pugilato, o confronto realizado com Hugo Aguilar, tratado na reportagem problematizada, foi vencido por pontuação, após quatro *rounds*. “No segundo assalto, Patrício quase caiu duas vezes depois de receber fortes golpes de Hugo. Mas os três juízes apontaram 39 a 37 para Patrício” (destaques meus). Sobre a ideia de “desvantagens” de um corpo fêmea, no que se refere ao seu desempenho esportivo, como explicar que, aqui, o corpo subjugado se sobreponha ao modelo do homem-cis?⁴

Um corpo-fêmea produz virilidade. Desvela que a masculinidade esportiva também não passa de uma produção. O corpo de Pat, além de estilizar uma masculinidade “adequada” para um homem, apresenta atributos relacionados à força, agressividade e dureza. Nesse sentido, a prática esportiva se torna “campo” importante para a produção de “homens”, descolando as masculinidades dos determinismos acionados pelas linhas de captura normativa do sexo.

Mesmo ao produzir uma masculinidade que se aproxima do modelo cis gênero, Patrício parece manipular o esporte como tecnologia de produção de uma nova inteligibilidade. Sua masculinidade provoca a subtrair o sexo, o atributo que seria biológico, da matéria orgânica. Sua estética convida a sair da modernidade, para conceber potencialidades atléticas em tempos hodiernos.

Ao seguir os olhos nas letras que ganham tela com a divulgação da performance atlética de Pat no *site* consultado (embora não destaque o repórter que assina a matéria), observo que o texto faz uma rápida incursão na infância do pugilista, afirmando que, assim como sua irmã (que também é lésbica), não gostava de brincar com bonecas.

Ora, ao performatizar uma estética de gênero masculina, a reportagem assinala que aquele corpo musculoso, potente e atlético, assim como sua irmã, também seria de uma lésbica? Esse recurso linguístico seria uma tentativa de marcar a ideia de “desvio” de Pat em relação ao esporte? Ressaltar sua “lesbianidade”, a fim de provar que o atleta, na verdade, seria uma “mulher”? Parece-me aqui que a noção de heterossexualidade presumida reitera o discurso biológico como justificativa para posicionar Pat como uma espécie de “corpo desviante”. Aquele corpo “macho” também seria “lésbica”!

No que se refere à sexualidade, embora a reportagem insinue a “lesbianidade” como dimensão desejante do atleta, abre brechas para questionarmos quais critérios

⁴ Chamo aqui a atenção para narrativas que reprovam a atuação da jogadora Tiffany Abreu, por afirmarem que a atleta obteria vantagens em seu desempenho, devido às características biofisiológicas “masculinas” experimentadas em época prévia a sua transição. O discurso que perpassa tal suposição (suposição, pois partem das representações de gênero e não de evidências científicas) parece se ancorar em certa “certeza” da superioridade das qualidades atléticas de um “homem” em relação a uma “mulher”. Nesse sentido, como seus defensores analisariam o desempenho de Pat, na competição destacada pela reportagem ora analisada?

de verdade são mobilizados para a definição de um desejo afetivo, erótico e sexual. Um corpo capturado pelo discurso biomédico no ato do nascimento? A “identidade de gênero” atribuída pelas normas regulatórias do sistema sexo-gênero? A expressão de gênero produzida pelos sujeitos, na contramão das normas? Ou a produção de um novo corpo, de um novo biológico, de um novo “sexo”, potencializado pelo reconhecimento de uma expressão de gênero dissonante e que busca em estratégias tecnológicas uma inédita produção de si?

Pat seria lésbica, bissexual, assexual ou heterossexual? Qual discurso de verdade é possível mobilizar para, no caso da reportagem, “especular” sobre seu desejo?

O que pretendo apontar é que a marcação da sexualidade é realizada fora do corpo. Por discursos que não reconhecem como legítimo que o desejo não é biologicamente determinado. Antes, um processo de construção de sentimentos, erotismos, afetos e relações que partem da autorrepresentação do sujeito que, no caso ora problematizado, remete a um protagonismo e não a nomeações e definições, em muito, aprisionadas em uma ótica cisnormativa. Destaco aqui que:

As considerações sobre cisnormatividade, por sua vez, procuram enfatizar que os processos cisnormativos produzem consequências mais amplas que aquelas violências direcionadas a comunidades e pessoas trans travestis: nesse sentido, os seus efeitos não se restringem a estas comunidades e pessoas marginalizadas, mas normatizam e monitoram vidas cisgêneras também (de distintas maneiras). Poderíamos pensar em como as normas de gênero afetam vivências cisgêneras, no sentido das regulações sobre suas expressões de gênero e das limitações colocadas à sua autonomia corporal (especialmente em relação a mulheres cisgêneras), entre diversos outros dispositivos cisnormativos (Vergueiro, 2016: 264).

Michel Foucault (2010) já havia nos alertado que a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico. Assim, não seria possível buscar “evidências” de sua “natureza biológica”, pois tal fato inexistente! O que permite nomearmos nossos desejos é o discurso que se encontra fora dos corpos.

Com isso quero dizer que a reportagem acaba por atribuir uma classificação para a sexualidade de Pat que, talvez, não condiz com o reconhecimento do atleta. Um homem transexual seria “lésbica” ou, até mesmo para os discursos heteronormativos que parecem partir da morfologia dos corpos e do ideal de “diferença sexual” como critérios de verdade, heterossexual? Pat não produziu seu sexo por meio de seu gênero? As categorias normativas seriam utilitárias para pensarmos as transexualidades e o próprio desejo?

Saliento que as transexualidades (assim como algumas lesbianidades), ao instituírem fissuras na heteronormatividade, precisam ser marcadas como desvio. Em meu modo de “olhar” parece que a reportagem tenta “restaurar” o heterocódigo perdido, pois, de certa forma, ao acionar a noção de lesbianidade, nomeia o corpo de Pat como não representativo para um “homem de verdade”.

O macho seria “lésbica”! Essa marcação de sexualidade, em função de

análises *queer*, também parece objetivar o fortalecimento da heterossexualidade como modelo legítimo de sexualidade, classificando e hierarquizando como inferiores os corpos transgressores.

Para a teoria *queer*, “falar”, nomear e classificar transexualidades, lesbianidades e/ou homossexualidades explicita uma tentativa normativa de captura dos corpos pelos discursos normalizadores de sexo, gênero e sexualidade. Tais nomeações parecem ser benéficas à naturalização da heterossexualidade enquanto norma (Louro, 2001).

Em uma ótica desconstrutiva, não deveríamos assumir a especiação das vidas humanas, por causa das não heterossexualidades; antes, “[...] se passaria a questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma, ou, mais do que isso, passou a ser concebida como ‘natural’.” (Louro, 2001: 549). Na reportagem ora analisada, a marcação da transexualidade do atleta, em razão da consideração de “sua lesbianidade”, não intencionaria evidenciar um possível desvio ou vitória ilegítima daquele corpo, no contexto esportivo? Aqui, o discurso esportivo demonstra sua ambivalência, porque, ao mesmo tempo em que pode ser manipulado, tenta marcar o “estranho”, operando com binarismos de gênero.

A matéria jornalística continua, ao relatar que Pat iniciou os treinamentos ainda em um corpo conformado às normas regulatórias de gênero que o marcava como “mulher”. Porém, em 2013, depois de uma decisão “confiada” à mãe, iniciou a hormonização e se submeteu a uma cirurgia para a retirada dos seios e modelação peitoral. Quando sua “identidade transgênera” foi “descoberta” por seu técnico, foi expulso do clube no qual treinava.

Cabe aqui, novamente, sinalizar que Pat não apenas produziu uma expressão de gênero na contramão do sistema normativo. Também alterou seu corpo em uma perspectiva de ter um “sexo” compatível com sua expressão de gênero. Teria Pat sido capturado por uma armadilha normativa que prevê que a inteligibilidade de um corpo deve manter relação entre sexo e gênero? (Butler, 2018).

Penso por outro ângulo. Ao investir em seu corpo para produzir um sexo que se adequasse a sua expressão de gênero, Pat, dentre outras estratégias, viu no esporte uma ferramenta para produzir uma estética que correspondesse a sua expressão de gênero. Produziu seu gênero e, seu gênero, produziu seu sexo, visibilizando seu corpo como um projeto de vida a ser desenvolvido.

Tal fato me permite pensar no processo de desconstrução de regimes de verdade assentados no sistema sexo-gênero, descortinando as fragilidades de certos discursos médico-biológicos que visam a nomear, classificar e hierarquizar subjetividades. Nesse sentido, é possível discutir as regulações de gênero para além de armadilhas normativas.

A teoria *queer* me impele a olhar para o corpo de Pat como ato de contestação de “processos sociais que se utilizam das diferenças como marcadores de hierarquias e opressão.” (Miskolci, 2009: 178). Retomo aqui a noção de sexopolítica proposta por Preciado. O corpo é uma superfície de inventividade que permite estranhar modelos,

ideais e expectativas de normalidade. Ele possibilita materializar novas estéticas, o que não permite tomá-lo como simples “produto” de regulações discursivas.

Pat contou para o repórter que, além do afastamento do técnico, amigos também desertaram de sua companhia. Apontou para dificuldades em conseguir emprego. Sim! – emprego, pois, mesmo como atleta profissional, não conseguia se manter com o boxe! “Possíveis vagas de emprego não aceitaram mais a mulher que tinha sido entrevistada e que agora era um homem.” (Globo Esporte, 2018: p. 1).

Parece-me, aqui, ser possível problematizar que a marca da abjeção acompanha os corpos que ousam transgredir as normas regulatórias, as quais estabelecem o sistema de inteligibilidade do gênero. Além de ser expulso dos espaços para treinamento esportivo, vivenciar o afastamento do técnico e dos amigos, a “mulher que tinha sido entrevistada” para propostas de trabalho parece ter-se constituído em um corpo não legítimo, um corpo impossível, uma “não identidade”, um ser abjeto! Ao problematizar os trabalhos de Julia Kristeva e Judith Butler, Patrícia Porchat (2015) argumenta que o abjeto seria o excesso do corpo que deve ser expelido e descartado, como o vômito, as fezes, as urinas.

O corpo abjeto passa a construir vulnerabilidades capazes de ocasionar seu extermínio, no plano das relações humanas. Não é à toa que corpos trans, negros, deficientes, intersexuais, gordos etc. são, constantemente, rechaçados, expelidos e expurgados do plano possível das relações sociais. O corpo abjeto é o que não queremos ver em nós mesmos. Ele é nossa doença, morte, cadáver. Assim, esse corpo é direcionado à execração pública, remetendo-nos a pensar no extermínio dos excessos e do que é “podre”, para a cartilha normativa, em nós mesmos.

Para além da abjeção, corpos transexuais também são afetados pela transfobia. Segundo Jaqueline de Jesus (2012, p. 29), a transfobia se caracteriza como “[p]reconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis.” De acordo com Iwamoto (2019, p. 137), “[e]sses corpos abjetos e que fogem da normatividade geram em outros indivíduos um sentimento de indignação que pode ser velado, explícito, persistente e propagado.”

A transfobia é a mais grave manifestação da capacidade de ódio e violência derivada desse estigma. Manifesta-se na forma de discriminação, segregação, intolerância, exclusão e violência – real ou simbólica – de pessoas transgêneras, em casa e na rua, tanto nas suas relações interpessoais e grupais (hostilidade em locais públicos, incompreensão doméstica, isolamento e marginalização no trabalho, etc.), quanto na legitimação e legalização de seus direitos (tratamento amplamente igual às perante as instituições, legalização do direito da escolha do gênero no ato de emissão de documentos oficiais, exercício pleno da liberdade de expressão assegurada pela constituição, etc.) (Lanz, 2014: 141-142).

Reitero aqui a potência do termo cisgeneridade que me permite atentar para os regimes regulatórios cisheteronormativos que tendem a capturar o corpo de Pat.

A cisnormatividade estaria alinhada à heteronormatividade na medida em que se constitui pelas práticas e instituições que legitimam e privilegiam a cisgeneridade como corporalidades e identidades de gênero naturais e mentalmente saudáveis; tais práticas organizam, entre outros fatores, moralidades, ideais de família e Estado, bem como as possibilidades políticas de pensarmos as diversidades corporais e de identidades de gênero (Vergueiro, 2016: 264).

Na discussão posta, sinalizo contribuições de Éric de Camargo (2020) que nos atenta para a necessidade de problematizar as transexualidades para além das normalizações heteronormativas. O autor questiona que corpos transexuais acionam mecanismos normativos e normalizadores que diz “de uma epistemologia de corpo, de biologia, que é diferente da heteronormatividade” (Camargo, 2020: 15).

Todavia, “[...] mesmo que o espaço esportivo ainda seja influenciado pelo preconceito com pessoas gênero dissonantes [...], houve pequenas rupturas com paradigmas ortodoxos, principalmente pelo avanço de poucas, mas significativas leis.” (Iwamoto, 2019: 161). Esses dispositivos jurídicos, resultantes de reconstruções discursivas propiciadas pela subversão corporal de atletas trans, auxiliam a (re)programar o cenário esportivo, possibilitando o reconhecimento de corpos transexuais em competições oficiais. Seria esta uma potencialidade de reconhecimento desses corpos, no cenário esportivo de rendimento, ou apenas uma tentativa de adequação normativa, a partir dos discursos binários sobre os gêneros?

A divulgação do relatório com, até então, as diretrizes sobre a participação de pessoas transexuais nos esportes, sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual, data de 24 de janeiro de 2016. Como destacado por Serrano, Caminha y Gomes (2017: 1121) o “[...] objetivo seria ‘abrir as portas’ para pessoas trans em competições, considerando índices aceitáveis para a participação (como nível de testosterona), sem que necessariamente tenham que passar pelo processo de transgenitalização.”

“Neste sentido, a posição do COI indica que as mudanças cirúrgicas de mudança de sexo (cirurgia de transgenitalização) não são necessárias para garantir uma competição justa e podem ser inconsistentes com o desenvolvimento de leis e dos direitos humanos.” (Machado y Turatti Júnior, 2018: 39).

Cabe ainda ressaltar:

Pela Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO, lançada em 1978, e atualizada em 2016, o esporte é considerado um dos direitos humanos, e, portanto, de ampla abrangência e de absoluta titularidade, sem resguardar qualquer preconceito. Ainda, se encara o esporte como um elemento dotado de valores éticos e de integridade à sociedade, além disso, deve ser praticado a fim de garantir a sustentabilidade social do seu meio. Ou seja, entende-se nesta interpretação que o esporte deve ser amplamente disponível a todas as pessoas [...] (Machado y Turatti Júnior, 2018: 35).

Todavia, no Brasil, “do ponto de vista da explicitação da homofobia-bi-transfobia (no esporte ou não) estamos bem longe de um 'decrécimo' do fenômeno,

bem como a legislação vigente não é tão protetora assim de direitos LGBTQ+”⁵ (Camargo, 2018: 13 destaques do autor). Exemplificando: ao compartilhar memórias do ex atleta da *National Basketball Association* (NBA) John Amaechi, Camargo sinaliza que “[a] pesar de o esporte ter sido um fator de inclusão social para ele, enquanto profissional, em termos pessoais, o mesmo não foi tão 'nobre' como ele esperava, pois 'ainda é uma instituição perpetradora do preconceito racial e segregadora de gênero” (Camargo, 2018: 12 destaques do autor).

Após a publicação do relatório do Comitê Olímpico Internacional a respeito da reunião de consenso sobre mudança de sexo e hiperandrogenismo, a Federação Americana de Boxe reconheceu Pat como atleta profissional. Mesmo assim,

Pat teve que lidar com adversários que se recusaram a competir com um transgênero. Ele assinou contrato apenas para esta luta do fim de semana com a empresa Golden Boy, do americano Oscar De La Hoya, campeão olímpico em 1992. Mas depois da primeira vitória como homem, marcando a história do boxe e se tornando também o primeiro transgênero homem a competir profissionalmente nos Estados Unidos, ele espera ter outras oportunidades e disse que vai voltar. (Globo Esporte, 2018: 1).

Defendo que os corpos transexuais não somente acionam estratégias de instauração da noção de abjeção, como também, ao fazê-lo, afrontam a heteronormatividade. Segundo Richard Miskolci (2012), o termo se refere à ordem sexual do presente, fundada pelo modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências de diversas formas, dirigidas, principalmente, a quem rompe as normas de gênero.

No que tange ao cenário esportivo de rendimento, a instituição “Esporte Moderno” pode ser considerada um espaço social que também é transpassado por regulações que visam a estabelecer as “estruturas” de coerência para a compreensão das possibilidades dos corpos. Porém, é nesse mesmo campo que podemos observar rupturas de representações normalizadas sobre o que pode um corpo. Nesse sentido, como frisado por Rego (2015 *apud* Serrano, Caminha y Gomes, 2019), o esporte apresenta certo poder simbólico de restauração da identidade. Ao pensarmos em sua prática como uma tecnologia de produção de si, é possível construir um novo corpo, um *new body*, coerente com as significações atribuídas pelo próprio sujeito para as categorias sexo e gênero.

O esporte parece operar como uma “cirurgia simbólica” (Rego, 2015 *apud* Serrano, Caminha y Gomes, 2019). “As atividades físicas e o exercício físico também podem ser considerados recursos que proporcionam ao sujeito construir seu corpo de acordo com seu desejo” o que, para um homem trans, contribui para a produção de seu gênero [e seu sexo!], sua masculinidade e sua identidade sexual (Serrano, Caminha y Gomes, 2019: 10, inserção minha). Acrescento que as novas performatizações esportivas possibilitam gerar evidências sobre os processos de produção de um corpo, deslocando, assim, a matéria biológica da compreensão de um ser.

⁵ Sigla utilizada pelo autor.

Por último, cabe enfatizar que se compreende

[...] que ser homem trans não implica, mesmo nos casos de busca por aceitação, a reprodução de uma construção social de masculinidade específica, da qual o corpo faz parte e para a qual é importante, mas provoca a reflexão sobre a ampliação no leque de masculinidades possíveis. (Serrano, Caminha y Gomes, 2019: 4).

Ao seguir as problematizações dos estudos *queer*, o corpo passa a ser concebido como uma categoria histórica, transpassada por regulações em nível social, cultural, político, pedagógico, religioso e jurídico. Contudo, como já abordado neste trabalho, as normas que objetivam homogeneizá-lo e normalizá-lo são, constantemente, subvertidas. Mesmo envoltos por discursos de adequação de sexo-gênero-esporte, os corpos vazam, escorrem e escapam das regras de uma constituição “normal”.

Baseado no trabalho de Rosi Braidotti (2000) sobre a perspectiva da subjetivação nômade, William Siqueira Peres (2012) argumenta que o corpo se configura enquanto ponto de transformação, o qual pode iniciar novos projetos constituintes. Nessa linha, e como apontado pela perspectiva pós-estruturalista e *queer* adotadas neste exercício de escrita, a maleabilidade e a plasticidade do biológico permitem que os corpos sejam (re)definidos indefinidamente, dependendo dos discursos mobilizados para fazê-lo. “A corporificação do sujeito não deve ser entendida somente como uma categoria biológica nem como uma categoria sociológica, mas como um ponto de superposição entre o físico, o subjetivo e o sócio-histórico, repudiando radicalmente o essencialismo.” (Peres, 2012: 544).

Para Peres (2012), os estudos de Rosi Braidotti concebem as “raízes rizomáticas” da subjetividade como ponto de partida para o início de um projeto político de nomadismo o qual pode produzir novas materialidades. Nessa perspectiva, o corpo ganha ênfase, no que concerne à sua possibilidade mutante para (re)constituir corporeidades.

Em um atravessamento do pensamento nômade com a especificidade deste texto, seria interessante pensar a Educação Física/Esportes a partir da desterritorialização do corpo, porque a agência instaurada pelo ato pulsante de vida auxilia a experimentar novos gostos e sabores que multiplicam experiências em relação aos corpos, sexos, gêneros e sexualidades:

De acordo com Rosi Braidotti, o nômade não representa a falta de um lugar nem o deslocamento compulsivo; é uma figuração do tipo de sujeito que tem renunciado a toda ideia, desejo ou nostalgia do estabelecido, do dado normativo. Essa figuração evidencia o desejo de uma expressão feita de transições, de deslocamentos sucessivos e descontínuos, sem uma unidade, um eixo condutor ou núcleo essencial. [...]. Nesse sentido, o nômade tem a ver com cruzar fronteiras, com o ato de ir, independentemente do tipo e/ou sentido da viagem. Diria Gilles Deleuze e Félix Guattari, em seu Tratado de nomadologia, que a vida do nômade é um intermezzo... O nômade é um vetor de desterritorialização, não classificável, não redutível, não cristalizado (Peres,

2012: 543, destaques do autor).

Ao resgatar a analítica *queer* e ao reconhecer a potência do pensamento nômade, defendo que é possível, assim como Patrício Manuel, exercitar um “outro” olhar para si, ocupando espaços sociais que precisam do confronto para se reestruturarem. Essa estratégia parresiástica pode contribuir para “olharmos” para o esporte como instituição sociocultural capaz de exercitar um “descortinar” das linhas de captura normativas as quais pretendem constituir os corpos, adequando-os aos binarismos de sexo, gênero, sexualidade e desejo, orientados pela heteronormatividade.

Se a coerência do sistema heteronormativo está fundada na noção material de “corpo”, com base nos pressupostos do pós-estruturalismo, perspectiva *queer* ou acepção ao nomadismo, poderíamos manipular alguns significados e colaborar para uma nova performatização, que possibilite compreender as “materialidades orgânicas” em sua plasticidade que, em decorrência dos discursos sociais, podem se modelar em inúmeras formas. Camargo (2018) reconhece que o esporte pode ser considerado como um dos dispositivos sociais “executores desse controle”, pois atua por meio de binarismos e legitimação dos corpos que serão “aprovados” como masculinos ou femininos. Assim, defende que o universo esportivo precisa ser reinventado em relação aos gêneros e sexualidades.

O corpo de Patrício Manuel nos permite deslocar os regimes normalizadores de sexo e de gênero. Amplia nossa compreensão sobre o que pode um corpo e como, mesmo suscetível a capturas identitárias, ao se valer das tecnologias de produção de si, ensejadas pelo esporte, produz uma nova estética de existência. O corpo de Patrício Manuel nos provoca a pensar. O corpo de Patrício Manuel nos permite “pensar *queer*”.

Para não concluir!

O exercício de escrita que aqui registro objetivou problematizar algumas relações entre transexualidades e esporte moderno. Meu texto foi disparado pelo contato com uma reportagem publicada na mídia esportiva brasileira sobre o desempenho do pugilista Patrício Manuel. Ao partir das provocações exercitadas pela analítica da normalização *queer*, teci considerações sobre os corpos como discursividades que materializam estilizações, em nossa carne. Essas estilizações são produzidas tanto por regimes normativos, como também por diferentes estratégias tecnológicas que provocam rupturas nos discursos de verdade, os quais tendem a determinar o que é e o que pode um corpo. Defendo que o esporte moderno pode ser considerado uma ferramenta de modificação corporal que instaura novos sentidos e significados sobre a carne. Indo ao encontro do proposto por Serrano, Caminha e Gomes (2017), argumento que o corpo é a principal dimensão para o (auto)reconhecimento social da subjetividade transexual, sendo por meio dele que é possível estabelecer uma afirmação pessoal.

Mesmo ao ser engendrado em discursos normalizadores, pautados em dicotomias de sexo, gênero e desejo, o esporte moderno, ao burlar algumas dessas

regras, pode ser compreendido como uma tecnologia de produção de corpos divergentes, subversivos, *queers*. O esporte, como dispositivo tecnológico, é constantemente reapropriado e manipulado pelos sujeitos, em suas inventividades.

Patrício Manuel nos apresenta alguns exemplos de como os corpos não se conformam às normas de sexo e gênero e produzem estratégias de existência que, mesmo não legitimadas, ousam invadir e reivindicar espaços nos campos sociais, como o esportivo de alto rendimento. A reportagem em tela permite pensar em novas insurgências corpóreas no esporte de rendimento. Abre espaços para certo reconhecimento de corpos de homens transexuais na arena esportiva e possibilita questionar tal prática cultural como tecnologia de produção de si. O esporte pode ser disputado para a construção de subjetividades que fogem dos regimes normativos de sexo e gênero.

Ao partir da reportagem, levo-me a problematizar que o corpo de Pat foi produzido não unicamente por meio de “uma cirurgia que marcou definitivamente” sua transição de gênero para o masculino. Estimulado por Serrano, Caminha e Gomes, (2019), defendo que o recurso à prática esportiva via modalidade boxe, mobilizado pelo pugilista, pode ser pensado como uma das estratégias que permitiram a construção, para além do gênero, de seu sexo.

Talvez seja possível questionar que Pat parece se valer do esporte como uma espécie de tecnologia de produção subjetiva, iniciando a “fabricação” de uma nova estética de existência que, para além de se adequar a ideia de inteligibilidade do sistema “sexo-gênero”, implode expectativas normativas e me provoca a indagar o corpo como categoria discursivo-performativa, o qual potencializa produzir inéditos modos de subjetivação. A reportagem demarca dificuldades enfrentadas pelo esportista na transição de sexo/gênero, todavia abre espaços para visibilizar o corpo de Pat como um corpo possível.

Entre um assalto e outro, Pat propicia uma nova potencialidade de compreensão dos corpos, que o afasta dos determinismos biológicos. Por meio de *jabs*, diretos, cruzados e *uppercuts*, seu corpo de homem transexual manipula táticas e técnicas, para se esquivar da transfobia e construir uma nova coerência sobre si. Sua atuação provoca, através de seu desempenho, a viabilidade de pensar que um corpo pode tudo o que sua agência o impele, inclusive denunciar as naturalizações dos sexos, gêneros e, talvez, dos próprios desejos. Anuncia a parresía como política e estética de vida, que enseja a emergência do corpo como um *continuum queer*.

Reitero minha defesa de que o corpo, portanto, pode ser tomado como uma categoria discursivo-performativa, capaz de potencializar inéditos modos de subjetivação. As diferentes artes de existir subvertem, provocam e TRANSfiguram as práticas sociais, como também as corporais e esportivas, em tempos hodiernos.

Bibliografia

Altmann, Helena; Ayoub, Eliana; Garcia, Emília Fernández; Rico, Elena Ramírez; Polydoro, Soely Aparecida Jorge. (2018): “Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos”, em *Estudos*

Feministas, Vol. XXVI, No. 1, p.1-16.

- Anjos, Luiza Aguiar dos; Goellner, Silvana Vilodre (2017): "*Esporte e transgeneridade: corpos, gêneros e sexualidades plurais*", en Dorneles, Priscilla; Wenez, Ileana; Schwengber, Maria Simone Vione (Org.). Educação Física e sexualidade: desafios educacionais, p. 51-72. Ijuí: Unijuí.
- Auad, Daniela; Corsino, Luciano (2018): "Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na Educação Física Escolar", en *Estudos Feministas*, Vol. XXVI, No. 1, p. 1-13.
- Ávila, Simone; Grossi, Miriam Pillar (2010): "*Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina*", en Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidade, deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010, p. 1-10.
- Brito, Leandro Teófilo de (2019): "*Narrando performances de masculinidades, interseccionando as diferenças no contexto do voleibol*", en Almeida, Felipe Quintão de; Lara, Larissa; Wachs, Felipe (Org.). Democracia e emancipação: desafios para a educação física e ciências do esporte na América Latina, p. 1-15. Jundiaí: Paco Editorial.
- Brito, Leandro Teófilo de; Leite, Miriam Soares (2017): "Sobre masculinidades na Educação Física escolar: questões teóricas, horizontes políticos", en *Práxis Educativa*, Vol. XII, No. 2, p. 481-500.
- Butler, Judith (2002): "*Críticamente subversiva*", en Jiménez, Rafael M. Mérida (Org.). Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer, p. 55-79. Barcelona: Icaria.
- Butler, Judith (2018): "*Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade*". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Camargo, Eric Seger de (2020): "Pessoas trans no esporte: os jogos da cisnormatividade". *Tesis (Mestrado em Educação)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação.
- Camargo, Wagner Xavier (2018): "O armário da sexualidade no mundo esportivo", en *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. XXVI, n. 1: e42816, p. 1-18.

Devide, Fabiano Pries (2020): “*Estudos de gênero na Educação Física Brasileira: entre ameaças e avanços, na direção de uma pedagogia queer*”, en Wenez, Ileana; Athayde, Pedro; Lara, Larissa (Org.). *Gênero e Sexualidade no esporte e na Educação Física*, p. 91-105. Natal: EDUFN.

Devide, Fabiano Pries; Osborne, Renata; Silva, Elza Rosa; Ferreira, Renato Callado; Clair, Emerson Saint; Nery, Luiz Carlos Pessoa. (2011): “Estudos de gênero na Educação Física brasileira”, en *Motriz*, Vol. XVII, No. 1, p. 93-103.

Devide, Fabiano Pries; Brito, Leandro Teófilo de (Org.) (2021): “*Estudos das masculinidades na Educação Física e no Esporte*”. São Paulo: nVersos.

Dornelles, Priscila Gomes (2013): “*A (hetero)normalização dos corpos em práticas pedagógicas da Educação Física escolar*”. Tesis (Doutorado em Educação). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação.

Dornelles, Priscila Gomes; Dal'Igna, Maria Cláudia (2015): “Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da Educação Física escolar”, en *Educ. Pesqui.* Vol. XLI, No. especial, p. 1585-1599.

Foucault, Michel (2010): “*História da sexualidade: a vontade de saber*”. São Paulo: Graal.

Forth, Christopher E. (2013): “Masculinidades e virilidades no mundo anglófono”, en Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jacques; Vigarello, Georges. (Orgs.). *História da Virilidade 3. A virilidade em crise? Séculos XX e XXI*, p. 154-186. Petrópolis: Vozes.

Garcia, Rafael Marques; Brito, Leandro Teófilo (2018): “Performatizações queer na Educação Física escolar”, en *Movimento*, Vol. XXIV, No. 4, p. 1321-1334.

Garcia, Rafael Marque; Pereira, Erik Giuseppe Barbosa Pereira (2018): “Ressignificações no esporte através da performance de Tiffany Abreu”, en *E-legis*, No. Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte, p. 1-21.

Globo Esporte (2018): Primeiro transgênero do boxe garante vitória na luta de estreia

como homem no profissional.

Goellner, Silvana (2016): “Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes”, en *Revista USP*, No. 108, p. 29-38.

Goellner, Silvana Vilodre; Votre, Sebastião Josué; Mourão, Ludmila; Figueira, Márcia, Luiza Machado. (2010): “Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades”, en *Licere*, Vol. XIII, No. 2, p. 1-20.

Halberstam, Jack (2008): *Masculinidad Femenina*. Barcelona/Madrid: Egales.

Iwamoto, Thiago Camargo (2019): A repercussão da inclusão de pessoas transexuais no esporte: o discurso nas redes sociais sobre o caso da jogadora Tiffany. *Tesis (Doutorado em Educação Física)*. Brasília, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

Jesus, Jaqueline Gomes de (2012): *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. 2. ed. Brasília: Publicação *online*.

Lanz, Letícia (2014): O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. *Tesis (Mestrado em Sociologia)*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas.

Louro, Guacira Lopes (2001): “Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a Educação”, en *Estudos Feministas*, p. 541-553, 2. sem.

Machado, Edinilson Donisete; Turatti Júnior, Marco Antonio (2018): “O papel do estado na inclusão de atletas transexuais no esporte à luz da Teoria do Reconhecimento Social”, en *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Vol. IV, No. 1, p. 22-42.

Miskolci, Richard (2009): “A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”, en *Sociologias*, Ano 11, No. 21, p. 150-182.

Miskolci, Richard (2012): *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica.

Pereira, Erik Giuseppe Barbosa; Silva, Alan Camargo (Org.) (2019): *Educação Física, Esporte e Queer: Sexualidades em Movimento*. Curitiba: Appris.

Pereira, Erik Giuseppe Barbosa; Pontes, Vanessa Silva; Ribeiro, Carlos Henrique de Vasconcellos; Sampaio, Tânia Mara Vieira. (2015): “Os estudos de gênero e masculinidade e suas reflexões para a Educação Física”, en *Rev. Bras. Cie. e Mov.*, Vol. XXIII, No. 1, p. 146-156.

Peres, William Siqueira (2012): “Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering”, en *Estudos Feministas*, Vol. XX, No. 2, p. 539-547.

Porchat, Patrícia (2012): “Gênero, psicanálise e teoria queer”, en Souza, Leandro Lemos; Galindo, Dolores; Bertoline, Vera. (Org.). *Gênero, Corpo e @tivismos*, p. 27-38. Cuiabá: UFMT.

Prado, Vagner Matias do (2017): “Entre queerpos e discursos: normalização de condutas, homossexualidades e homofobia nas práticas escolares da Educação Física”, en *Práxis Educativa*, Vol. XII, No. 2, p. 501-519.

Prado, Vagner Matias do (2019): “Metodologias e estratégias possíveis: como operar com gênero e sexualidade?”, en *REBEH – Revista Brasileira de Estudos sobre a Homocultura*, Vol. II, No. 2, p. 45-61.

Prado, Vagner Matias do; Nogueira, Alessandra Lo Gullo (2018): “Transexualidade e esporte: o caso Tiffany Abreu em ‘jogo’”, en *REIS*, Vol. II, No. 1, p. 60-72.

Preciado, Paul (2011): “Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’”, en *Estudos Feministas*, Vol. XIX, No. 1, p. 11-20.

Salih, Sara (2012): *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Serrano, Jéssica Leite; Caminha, Iraquitan de Oliveira; Gomes, Isabelle Sena (2017): “Transexualidade e Educação Física: uma revisão sistemática em periódicos das Ciências da Saúde”, en *Movimento*, Vol. XXIII, No. 3, p. 1119-1132.

Serrano, Jéssica Leite; Caminha, Iraquitan de Oliveira; Gomes, Isabelle Sena (2019): “Homens trans e atividade física: a construção do corpo masculino”, en *Movimento*, Vol. XXV, e25007, p. 1-12.

Vergueiro, Viviane (2016): “*Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial*”, en Messeder, Suely; Castro, Maria Garcia; Moutinho, Laura (Orgs.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. p. 249-270 Salvador: EDUFBA, 2016.

Vigarello, Georges (2013): “Virilidades esportivas. Masculinidades e virilidades no mundo anglófono”, en Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jacques; Vigarello, Georges (Orgs.). *História da Virilidade 3. A virilidade em crise? Séculos XX e XXI*. p. 269-300. Petrópolis: Vozes.

Welzer-Lang, Daniel (2001): “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.”, en *Estudos Feministas*, Vol. XIX, No. 2, p. 460-482.

Wenetz, Ileana; Macedo, Christiane Garcia (2019): “Masculinidade(s) no balé: gênero e sexualidade na infância”, en *Movimento*, Vol. XXV, p. 1-12.